

DOCUMENTO DE ÁREA 2013**Identificação****Área de Avaliação: EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL**

Coordenador de Área: André Luiz Felix Rodacki (UFPR)

Coordenador-Adjunto de Área: Maria Cecília Iório Martinelli (UNIFESP)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Rinaldo Roberto de Jesus Guirro (USP-RP)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Área 21 é formada por Programas de Pós-graduação (PPGs) que envolvem quatro áreas de atuação acadêmica e profissional: Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. A Área é bastante diversificada em termos de suas vocações, as quais variam desde as áreas biológicas e médicas até as áreas pedagógicas, sociais e humanas. Atualmente, a área conta com 53 PPGs, que ofertam cursos de mestrado acadêmico (94.1%) e doutorado (52.6%). Os mestrados profissionais ainda são poucos (5.9%) e a área conta com apenas três cursos, porém o número de propostas tem crescido anualmente o que aponta para uma clara tendência de aumento desse tipo de curso.

Comparativamente ao triênio anterior (2007-2009), a área mostrou um crescimento importante de 71% em termos do número de PPGs. O número de PPGs com doutorado também subiu de 17 para 27, o que representa um expressivo aumento de 63%. Apesar dessa relevante expansão, a área ainda apresenta elevada concentração de seus cursos nas regiões Sul e Sudeste (27 e 58%, respectivamente) e possui pequena inserção na região Centro-Oeste e Nordeste (6 e 9%, respectivamente). A criação de cursos na região Norte ainda permanece como uma necessidade e um desafio para o crescimento da área. O elevado número de matrículas em cursos de graduação indica que mesmo em locais com alta concentração de cursos, a oferta de vagas ainda é deficitária quando comparadas às demais áreas que compõem a grande área da saúde. Logo, mesmo nas regiões com elevada concentração de cursos, a demanda ainda é elevada e novos cursos são desejáveis. A Figura 1 mostra o número de cursos de mestrado acadêmico, profissional, doutorado e total bem como sua respectiva distribuição entre as subáreas da Área 21.

O panorama atual expressa uma forte expectativa de crescimento quantitativo e qualitativo. Qualitativamente, o número de cursos que tiveram suas notas incrementadas foi importante e ao final do triênio anterior (antes da avaliação trienal de 2013, a área conta com 3 cursos com nota 6 (6.0%), 7 cursos com nota 5 (13.7%), 15 cursos com nota 4 (29%) e 26 cursos com nota 3 (51%). O número de cursos com nota 3 pode ser entendido pela importante expansão da área ao longo do triênio haja visto que, em geral, os cursos iniciam suas atividades com esta nota. Por outro lado, a área não apresenta cursos com nota 3 por mais de três interstícios de avaliação (três avaliações trienais consecutivas). Nenhum curso foi descredenciado, o que

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

demonstra o engajamento de todos os pesquisadores em relação aos critérios de avaliação e ao papel da pós-graduação para o desenvolvimento da área no país.

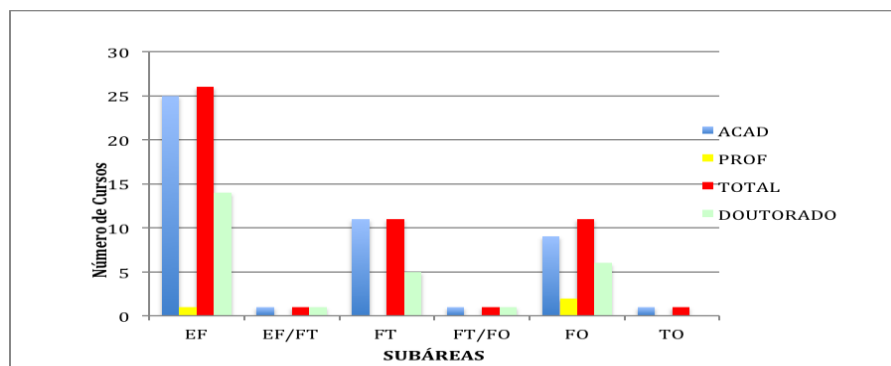


Figura 1 - Distribuição de Cursos Acadêmicos (ACAD), Profissionais (PROF), o Total de Cursos (TOT) e os cursos com Doutorado (DOUTORADO) nas áreas de Educação Física (EF), Fisioterapia (FT), Fonoaudiologia (FO) e Terapia Ocupacional (TO). Os cursos de EF/FT e FT/FO indicam cursos híbridos entre as subáreas.

A Área tem apresentado excelente expansão a cada triênio. As projeções da área indicam que se mantida a tendência de crescimento dos cursos, a área contará com aproximadamente 63 programas ao final do triênio de 2013-2015 e 75 programas ao final de 2016-2018 (Figura 2).

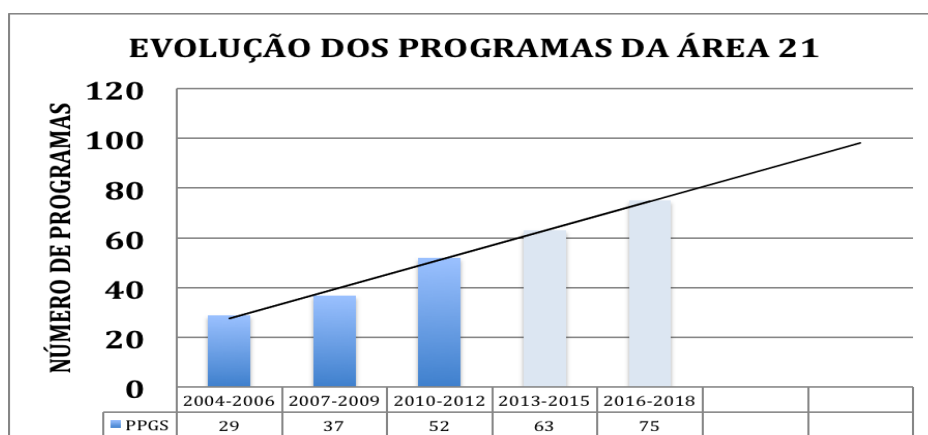


Figura 2 – Crescimento dos programas de pós-graduação da Área 21 no interstício de 2004 a 2013. Para os triênios de 2013-2015 e 2016-2018 é previsto um crescimento de 50%.

A área conta com cursos de doutorado em todos os programas que possuem nota 4, o que aponta para uma boa perspectiva de crescimento na formação de doutores em atendimento ao

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

PNPG. Destaca-se que expressiva parcela dos cursos de doutorado ainda não formou sua primeira turma. Espera-se que nos próximos triênios a Área 21 aumente sua contribuição que, em passado recente, era uma das mais baixas dentre os cursos da saúde com 0.67% da Pós-Graduação Brasileira. A Figura 3 apresenta o crescimento de doutores no país na área 21 quanto a titulação e matrículas. É necessário destacar que o número de matrículas é aproximadamente 5.5 vezes o número de titulados o que expressa o crescimento previsto para a área.

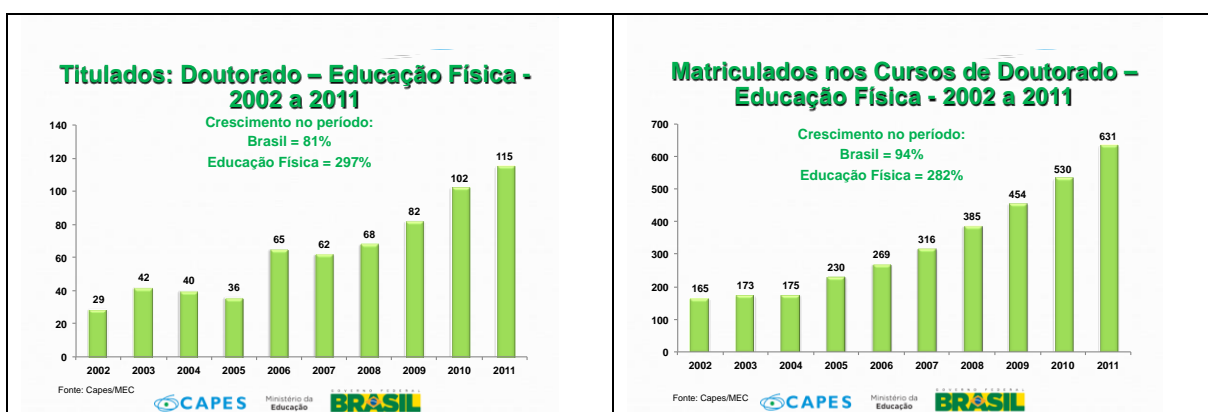


Figura 3 – Doutores titulados (painel da esquerda) e matriculados (painel da direita) entre 2002 e 2011 na área 21.

O incentivo ao aumento dos cursos de mestrados profissionais é relevante para atender à expressiva parcela da sociedade que pode se beneficiar desse tipo de formação. Para essa finalidade, existe premente necessidade de que as Instituições tenham clareza sobre os objetivos dessa modalidade, bem como dos diferenciais em relação aos cursos acadêmicos. A criação de mestrados em rede parece constituir uma forma atrativa para a formação desses cursos no país, porém ações indutoras e que norteiem a construção de propostas mais consistentes são importantes.

Para aumentar a formação de recursos humanos em regiões em que a Área 21 não apresenta cursos, especificamente na região Norte do país, algumas iniciativas são necessárias e, provavelmente, envolvem ações de tutoria por parte de programas consolidados, os quais podem contribuir para alavancar o desenvolvimento da pós-graduação na região.

A Área 21 ainda apresenta um pequeno número de programas com nota 6 (apenas 3), que reúnem excelência na produção de conhecimento e na formação de recursos humanos, além de algumas iniciativas de internacionalização. O processo de internacionalização da área tem sido incrementado pelos programas 6 e por outros programas de nota 5. Contudo, ações facilitadoras e de fomento precisam ser implementadas a fim permitir qualificada inserção internacional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Uma das estratégias mais importantes para o crescimento da área 21 foi a de preservar os aspectos epistemológicos que caracterizam suas subáreas, ainda que seu caráter multidisciplinar aponte para grande variabilidade de profissionais e focos de estudo envolvidos. Para atingir tal objetivo, a área 21 buscou preservar a identidade das subáreas de estudo que permeiam seus programas e adotou duas importantes ações que tiveram impacto positivo. A primeira foi a remoção de produtos (artigos, livros e produtos técnicos) que não possuem relação com a área de concentração, linhas e projetos de pesquisa definidos pelos próprios programas. A segunda foi estratificar diferenciadamente os periódicos, alocando nos estratos inferiores aqueles veículos sem identidade com a área e nos estratos superiores aqueles que possuíam alta identificação. A adoção desses critérios tende a reduzir de forma importante a produção intelectual com pequena coerência epistemológica interna (área de concentração, linhas, projetos de pesquisa em relação aos seus produtos intelectuais) e garantir o desenvolvimento do conhecimento que, de fato, caracteriza a área.

Em síntese, a Área 21 apresenta boas perspectivas de desenvolvimento, mas necessita de intenso e constante trabalho de reestruturação para bem atender a sua forte demanda e colaboração ao desenvolvimento científico sustentável do país. Da mesma forma, os desafios atuais compreendem o incremento das atividades investigativas (adoção de políticas intersetoriais de apoio financeiro ao desenvolvimento de projetos de pesquisa em temas estratégicos), bem como a necessidade de minimizar as distorções regionais na oferta de PPG (adoção de política de indução da oferta de PPG nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e de qualificação de periódicos nacionais específicos das áreas que compõem a Área 21 (adoção de política de apoio financeiro à qualificação dos periódicos específicos da área).

INTERDISCIPLINARIDADE

A Área 21 reafirma o compromisso com a **interdisciplinaridade** e destaca a importância de pesquisadores de áreas afins em participar de novas propostas e dos programas em funcionamento. Todavia, a Área ressalta que os objetos de estudo de tais pesquisadores devem possuir estreito vínculo com a identidade dos programas onde se inserem. Logo, artigos que não se alinhem e ameacem a coerência interna das propostas não serão considerados, visto que um programa de pós-graduação não consiste em um conjunto de pesquisadores reunidos, sem um eixo norteador estruturado e bem delineado que permita identificar sua aderência ao foco da proposta. Produções em periódicos fora do escopo da Área 21 e das Áreas de Concentração dos Programas que a compõem não desqualificam tais pesquisadores, mas dificultam o entendimento de uma estrutura acadêmica coerentemente organizada e alinhada (coerência interna).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Fonoaudiologia – A atuação do fonoaudiólogo no âmbito educacional é ampla. Prevê a orientação prestada aos educadores, para a compreensão dos processos anteriores ao desenvolvimento e aprendizado da criança, assim como o acompanhamento longitudinal do desenvolvimento das habilidades subjacentes e determinantes do aprendizado escolar. Sua atuação deve, portanto, abranger a intervenção sobre o plano de execução curricular, a detecção precoce de desvios do desenvolvimento e a assessoria aos profissionais educadores, atuação esta que vem sendo ampliada e consolidada. Desta forma, no âmbito escolar, o fonoaudiólogo age preventivamente, responsabilizando-se pela identificação, intervenção (RTI) e encaminhamento dos transtornos da comunicação oral e do aprendizado da comunicação mediada pela escrita, além de promover, pela capacitação constante dos educadores, a saúde da comunicação e do desenvolvimento cognitivo e de linguagem desde a pré-escola, até o Ensino Fundamental. A Fonoaudiologia desempenha relevante papel no contexto escolar e no âmbito da Educação. Embora as primeiras etapas do desenvolvimento da linguagem oral surjam no contexto familiar, este desenvolvimento aperfeiçoa-se na pré-escola, com a ampliação da rede de sociabilidade da criança tornando-se a base para o aprendizado posterior da leitura e da escrita, importante marco escolar. No período pré-escolar podem-se observar claramente as primeiras manifestações de atrasos ou alterações de linguagem, melhor identificadas pelo fonoaudiólogo, capaz, também de intervir e delinear condutas acertadas de encaminhamentos, com vistas à prevenção de futuro fracasso escolar. A atuação do fonoaudiólogo na educação fundamental compreende o acompanhamento do processo de desenvolvimento das habilidades da linguagem para a aquisição da leitura e da escrita, assim como a atuação em metodologias de detecção e de remediação de possíveis desvios neste processo. Ocorre, além disto, a assessoria aos profissionais da educação no que se refere à compreensão dos processos de desenvolvimento e da atuação clínica. Recentemente o Conselho Regional de Fonoaudiologia – 2ª região, publicou documento como parâmetro de atuações na Escola (CRFa. 2ª região, 2010), dando origem a discussões sobre uma nova especialidade na Fonoaudiologia, devido à demanda, à importância e diversidade de possibilidades de ações potencialmente realizáveis no âmbito escolar.

Educação Física – A Educação Física possui importante contribuição para o desenvolvimento das capacidades físicas de crianças e adolescentes em idade escolar para que as mesmas possam apresentar um bom controle e desenvolvimento de suas potencialidades físicas, motoras, psíquicas e cognitivas. Um bom desenvolvimento motor potencializa uma relação importante com indicadores de saúde como hábitos de vida que possibilitem ações para uma vida saudável, as quais podem auxiliar no combater de várias doenças como a obesidade e o aumento de doenças coronarianas – que podem ser evitadas pelo exercício físico. A Educação Física não possui apenas caráter higienista, mas também é importante meio de prática educativa por meio de valores agregados à prática esportiva. Muitos profissionais advogam em favor da educação pelo movimento frente as potencialidades da área para um desenvolvimento das dimensões físicas, intelectuais, psíquicas e sociais do ser humano. O desenvolvimento do gosto pela prática de atividades físicas é fundamental para a construção de adultos saudáveis e providos com importantes valores associados ao movimento em suas diferentes formas de manifestação.

Fisioterapia – A Fisioterapia pode prover relevante contribuição em vários aspectos do ambiente escolar, especialmente por atuar nos processos relacionados a mudanças posturais que são muito

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

frequentes na idade escolar. Por exemplo, a manutenção de posturas impróprias ou o carregamento de mochilas escolares com cargas excessivas podem desencadear modificações na postura, as quais são de difícil correção quando consolidadas na vida adulta. Portanto, ações preventivas e curativas são relevantes para evitar um conjunto de problemas associados aos longos períodos que crianças e adolescentes despendem no ambiente escolar.

Terapia Ocupacional – O ambiente escolar é espaço prioritário de ação do terapeuta ocupacional quando em intervenção com crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, uma vez que seu cerne de intervenção encontra-se na inserção social e a escola é o espaço prioritário para tal no caso de crianças e adolescentes. Tendo em vista as questões concernentes ao desenvolvimento infantil, o terapeuta ocupacional desenvolve atividades de capacitação para educadores, tendo como base as atividades lúdicas como elemento central para o desenvolvimento. Quando em trabalho com crianças com deficiência, a atuação centra-se para a adaptação do ambiente, a recepção da escola com esse público, bem como com o desenvolvimento de recursos adaptativos, lançando mão da tecnologia assistiva, com vista a possibilitar a integração da criança no ambiente escolar, conforme previsto nas bases legislativas brasileiras. Ainda, quando em atuação com crianças, adolescentes e jovens, em contextos de desfavorecimento socioeconômico, a escola é espaço prioritário de ação, numa perspectiva de rede social integrada de atendimento, visando ao desenvolvimento de recursos para os alunos e para a escola com vistas à permanência do adolescente no ambiente escolar. Isso ocorre por meio da oferta de atividades na sala de aula, nos momentos contratuais dentro da escola, no intervalo dos alunos, entre outros espaços. Ainda, atua junta aos professores, na perspectiva de capacitação e discussão das possibilidades de atuação junto a adolescentes e jovens na contemporaneidade.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

MESTRADO (ACADÊMICO)

1. Proposta do Curso

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica

A proposta de curso novo de **Mestrado** deve evidenciar clara e objetivamente que o grupo proponente tem trabalhado de forma articulada na forma de grupos de pesquisa junto à Instituição, previamente à apresentação da proposta. Deve apresentar claramente qual (is) é (são) seu(s) objetivo(s) e justificativa(s) para a sua implantação, de forma a explicitar a pertinência e articulação da(s) área(s) de concentração e/ ou linhas de pesquisa, assim como assegurar coerência interna entre a(s) Área(s) de Concentração, as Linhas de Pesquisa, os Projetos de Pesquisa e a Produção Intelectual. O perfil do profissional a ser formado deve estar amplamente explicitado na proposta e alinhado com os pontos citados acima.

A estrutura curricular deve proporcionar o desenvolvimento adequado das linhas e projetos de pesquisa, bem como garantir sólida formação didático-pedagógica e científica (bases epistemológicas, metodologia da pesquisa, didática do magistério superior, estatística, entre outras.). As ementas devem conter síntese dos conteúdos programáticos da disciplina e a bibliografia básica não deve exceder a 10-15 referências atuais e pertinentes. A descrição da proposta necessita contemplar o conjunto de disciplinas oferecidas (discriminar obrigatórias e optativas), periodicidade de oferecimento, estrutura curricular e a forma de organização do curso (número de créditos). O regimento do programa e as normas específicas complementares devem ser anexados à proposta, explicitando claramente os critérios de credenciamento e credenciamento dos docentes, o processo de seleção e a periodicidade da matrícula de estudantes, o número de vagas, os critérios de avaliação e o número de créditos obrigatórios e optativos.

O programa deve apresentar planejamento com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios nacionais e internacionais do programa na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.

Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma IES, ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma IES. Quando existirem cursos semelhantes na mesma cidade e/ou região, a proposta deverá conter informações sobre tal impacto.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013**2. Corpo Docente**

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

O corpo docente deve demonstrar que já vem trabalhando junto na Instituição, há pelo menos 1 ano com linhas de pesquisa consolidadas, demonstradas pela presença de produtos, frutos dessas pesquisas. A proposta evidenciará um trabalho conjunto dos docentes por meio de participação de grupos de pesquisa, publicações conjuntas, sendo evitadas propostas organizadas apenas com a finalidade de submissão. Deve demonstrar experiência com orientações, no mínimo com projetos de Iniciação Científica e ter produção intelectual pertinente com a(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa, adequadas em termos de quantidade, qualidade e regularidade.

A proposta deverá conter 12 doutores alocados na categoria de docentes permanentes, sendo que pelo menos 80% deve ter vínculo com a Instituição em regime de tempo integral ou parcial (no mínimo 20 horas) e estar em conformidade com as condições previstas nas Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012. A participação em até dois programas acadêmicos é permitida, desde que os docentes demonstrem condições para tal. Propostas que possuam menor número de docentes serão consideradas, desde que justificadas e que não sejam inferiores a 10 docentes permanentes (80% do corpo docente). Em caráter temporário, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aceita-se a participação em até 40% da composição do corpo docente permanente de professores de outras instituições públicas situadas nessas regiões.

Cada docente poderá atuar como docente permanente em, no máximo, 3 programas de pós-graduação da mesma instituição, desde que pelo menos um deles seja Mestrado Profissional. A proposta deve explicitar claramente o número de docentes orientadores e o número de vagas oferecidas pelo Programa.

Será avaliada a contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item será considerado quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; caso contrário seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.

Será observada a proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Bolsas Financiamentos Nacionais e Internacionais, Convênios, etc.).

3. Atividade de Pesquisa

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

As linhas e projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que apresentem potencial para a criação de novas linhas de pesquisa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A produção intelectual apresentada deve guardar estreita relação com as linhas e projetos de pesquisa.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa. Recomenda-se que os docentes participem em não mais que duas linhas de pesquisa. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtidos junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares. As linhas de pesquisa não devem demonstrar dependência de um único docente e devem ser compostas, no mínimo, por dois docentes. O programa deve demonstrar equilíbrio na distribuição dos docentes em suas linhas de pesquisa.

É desejável a participação de estudantes de curso(s) de graduação da própria instituição nos projetos de pesquisa.

4. Produção Intelectual

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual é considerada requisito essencial para a recomendação do curso. A produção intelectual será composta por artigos publicados em periódicos, livros e capítulos de livros, os quais devem guardar estreita relação com a proposta, área(s) de concentração e linhas de pesquisa. A produção intelectual deve atender aos critérios quantitativos e qualitativos, compatíveis com os cursos de nota 3, nos seguintes aspectos:

Observar a quantidade e qualidade da produção intelectual do Programa (somente a produção dos docentes permanentes será contabilizada) em relação à dimensão do corpo docente permanente.

Para a quantidade, no numerador são somados os produtos e no denominador são considerados apenas os docentes permanentes, levando em conta o tempo de participação de cada um durante o triênio. Na quantificação da produção do Programa, os produtos construídos em coautoria por mais de um docente do Programa são contabilizados apenas uma vez (cada produto será contabilizado apenas uma vez). Além da quantidade de produtos, os programas devem apresentar uma proporção de produtos qualificados em determinados estratos (artigos e livros). Espera-se que programas em seu estágio inicial apresentem uma proporção em estratos intermediários do qualis (B2), capítulos e livros (C2, L2) e superiores.

A distribuição das publicações também será considerada e espera-se que os programas apresentem boa distribuição em suas produções intelectuais. Em seus estágios iniciais (programas nota 3), admite-se que 60% dos docentes permanentes atinjam os critérios estipulados pela área. Em adição às quantidades, os docentes também precisam apresentar produção intelectual em estratos B2, C2 e L2 e superiores.. Somente os cursos que preencherem simultaneamente os critérios quantitativos e qualitativos serão recomendados.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013**5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa**

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

A IES deverá apresentar laboratórios adequados para a realização das atividades investigativas, bem como possuir os equipamentos necessários para o desenvolvimento adequado e específico das linhas de pesquisa relacionadas na proposta. A descrição das atividades e procedimentos desenvolvidos pelos laboratórios, núcleos e centros de pesquisa é recomendável juntamente com o parque de equipamentos existentes e disponíveis.

A infraestrutura disponibilizada ao programa deve contemplar espaços específicos para acomodar os docentes, onde os mesmos possam realizar atividades de orientação dos mestrandos. Espaços destinados ao corpo discente também devem ser contemplados. Docentes e discentes deverão ter acesso garantido às bases de indexação, e aos periódicos da área. A biblioteca da IES deve possuir, em seu acervo, os principais títulos que compõem a bibliografia básica das disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas pelo programa.

6. Outras

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

O apoio institucional para realização do curso se materializa em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional. Além disso, devem manifestar o interesse e comprometimento dos dirigentes da instituição em assegurar as condições para implantação e manutenção da proposta, revelando uma política adequada de contratação de docentes que possa enriquecer o corpo docente em quantidade e formação adequada e pertinente à área de concentração do Programa. A explicitação de políticas de fixação de docentes é recomendável a fim de evidenciar as estratégias da Instituição em manter a estabilidade do programa.

DOUTORADO**1. Proposta do Curso**

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica

A proposta de curso novo de **Doutorado** deve evidenciar clara e objetivamente que o grupo de doutores permanentes associados ao curso já vem trabalhando de forma articulada, junto à Instituição em grupos de pesquisa, previamente à apresentação da proposta. Deve apresentar claramente qual (is) é (são) seu(s) objetivo(s) e justificativa(s) para a sua implantação, de forma a explicitar a pertinência da(s) área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa, assim como assegurar

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

coerência interna entre a(s) Área(s) de Concentração, as Linhas de Pesquisa, os Projetos de Pesquisa e a Produção Intelectual. O perfil do profissional a ser formado deve estar claramente explicitado na proposta.

A estrutura curricular deve proporcionar o desenvolvimento adequado das linhas e projetos de pesquisa, bem como garantir uma sólida formação didático-pedagógica e científica (bases epistemológicas, metodologia da pesquisa, didática do magistério superior, estatística, entre outras). As ementas devem conter a síntese dos conteúdos programáticos da disciplina e a bibliografia básica não deve exceder a 10 referências atuais e pertinentes. A descrição da proposta necessita contemplar o conjunto de disciplinas oferecidas (discriminar obrigatórias e optativas), periodicidade de oferecimento, estrutura curricular e a forma de organização do curso (número critérios de aproveitamento de créditos). O regimento do programa e as normas específicas complementares devem ser anexados à proposta, explicitando claramente os critérios de credenciamento e credenciamento dos docentes, o processo de seleção e a periodicidade matrícula de estudantes, o número de vagas, os critérios de avaliação e o número de créditos obrigatórios e optativos.

O programa deve apresentar planejamento com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios nacionais e internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.

Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma IES, ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma IES. Quando existirem cursos semelhantes na mesma cidade e/ou região, a proposta deverá conter informações sobre tal impacto.

Para a abertura de programa de doutorado na área, a proposta deverá ter, no mínimo, nota 4. Em casos de propostas de nota 3 submetidas no último ano do triênio, as mesmas deverão apresentar evidências de que possuem claros indicadores de programas de conceitos elevados. As propostas de doutorado devem ter passado por, no mínimo, uma avaliação trienal dos respectivos programas de mestrado.

2. Corpo Docente

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

O corpo docente, composto por doutores, deve demonstrar que já vem trabalhando na Instituição, há pelo menos 1 ano com linhas de pesquisa consolidadas, demonstradas pela presença de produtos, frutos dessas pesquisas. Deve demonstrar experiência com orientações concluídas de projetos de Iniciação Científica e Mestrado. Indicativos da vinculação da produção intelectual com a(s) área(s)

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de concentração e linhas de pesquisa (quantidade, qualidade e regularidade) são essenciais para caracterizar a adequação do corpo docente.

A proposta deverá conter 12 docentes permanentes, sendo que pelo menos 80% tenham vínculo com a Instituição em regime de tempo integral ou parcial (no mínimo 20 horas) e estejam em conformidade com as condições previstas nas Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012. A participação em até dois programas acadêmicos é permitida, desde que os docentes demonstrem condições para tal. Propostas que possuam menor número de docentes serão consideradas, desde que justificadas e com número de docentes permanentes não inferior a 10 (80% do corpo docente). Em caráter temporário, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aceita-se a participação em até 40% da composição do corpo docente permanente de professores de outras instituições públicas situadas nessas regiões.

Cada docente poderá atuar como docente permanente em, no máximo, 3 programas de pós-graduação da mesma instituição, desde que pelo menos um deles seja Mestrado Profissional. A proposta deve explicitar claramente o número de docentes orientadores e o número de vagas oferecidas pelo Programa.

Será avaliada a contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item será considerado quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; caso contrário seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.

Será observada a proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Bolsas Financiamentos Nacionais e Internacionais, Convênios, etc.).

3. Atividade de Pesquisa

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

As linhas e projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa. Projetos isolados poderão existir, desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que apresentem potencial para a criação de novas linhas de pesquisa ou crescimento das já existentes. A produção intelectual apresentada deve guardar estreita relação com as linhas e projetos de pesquisa.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa. Recomenda-se que o corpo docente participe em não mais que duas linhas de pesquisa. As linhas de pesquisa não devem demonstrar dependência de um único docente e por isso devem ser compostas, no mínimo, por dois docentes. O programa deve demonstrar equilíbrio na distribuição dos docentes em suas linhas de pesquisa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

É desejável a participação de estudantes de curso(s) de graduação da própria instituição nos projetos de pesquisa.

4. Produção Intelectual

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual é considerada requisito essencial para a recomendação do curso. A produção intelectual será composta por artigos publicados em periódicos, livros e capítulos de livros, os quais devem guardar estreita relação com a proposta, área(s) de concentração e linhas de pesquisa. A produção intelectual deve atender aos critérios quantitativos e qualitativos que sejam compatíveis com os cursos de nota 4 ou superior, nos seguintes aspectos:

Observar a quantidade e qualidade da produção intelectual do Programa (somente a produção dos docentes permanentes será contabilizada) em relação à dimensão do corpo docente permanente.

Para a quantidade, no numerador são somados os produtos e no denominador são considerados apenas os docentes permanentes, levando em conta o tempo de participação de cada um durante o triênio. Na quantificação da produção do Programa, os produtos construídos em coautoria por mais de um docente do Programa são contabilizados apenas uma vez (cada produto será contabilizado apenas uma vez). Além da quantidade de produtos, os programas devem apresentar uma proporção de produtos qualificados em determinados estratos (artigos e livros). Espera-se que programas que pleiteiam doutorado apresentem uma proporção em estratos superiores (qualis > A2 e livros e capítulos L3 e C3 e superiores, respectivamente).

A distribuição das publicações também será considerada e espera-se que os programas apresentem boa distribuição em suas produções intelectuais. Para os programas de doutorado, aplicam-se os critérios de produção intelectual compatíveis aos programas de nota 4 ou superior. Em adição às quantidades, os docentes também precisam apresentar produção intelectual em estratos A2, C3 e L3 e superiores. Somente os cursos que preencherem simultaneamente os critérios quantitativos e qualitativos serão recomendados.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

A IES deverá apresentar laboratórios adequados para a realização das atividades investigativas, bem como possuir os equipamentos necessários para o desenvolvimento adequado e específicos das linhas de pesquisa relacionadas na proposta. A descrição das atividades e procedimentos desenvolvidos pelos laboratórios, núcleos e centros de pesquisa é recomendável juntamente com o parque de equipamentos existentes e disponíveis.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A infraestrutura disponibilizada ao programa deve contemplar espaços específicos para acomodar os docentes, onde os mesmos possam realizar atividades de orientação dos doutorandos. Espaços destinados ao corpo discente também devem ser contemplados. Docentes e discentes deverão ter acesso garantido às bases de indexação, e aos periódicos da área. A biblioteca da IES deve possuir, em seu acervo, os principais títulos que compõem a bibliografia básica das disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas pelo programa.

6. Outras

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

O apoio institucional para realização do curso se materializa em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional. Além disso, devem manifestar o interesse e comprometimento dos dirigentes da instituição em assegurar as condições para implantação e manutenção da proposta, revelando uma política adequada de contratação de docentes que possa enriquecer o corpo docente em quantidade e formação adequada e pertinente à área de concentração do Programa. A explicitação de políticas de fixação de docentes é recomendável a fim de evidenciar as estratégias da Instituição em manter a estabilidade do programa. Informações sobre fontes e estratégias de captação de recursos para o crescimento do programa, financiamento de estudos (bolsas de IC, mestrado e doutorado) e participação em eventos (congressos, seminários, etc.) devem ser desejáveis.

MESTRADO PROFISSIONAL**1. Proposta do Curso**

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar detalhado na proposta através de documentos das instâncias deliberativas. Para o sucesso da proposta de mestrado profissional é desejável que o curso possua fontes de financiamento materializadas em contratos e/ou convênios entre a IES promotora e instituições que tenham interesse na formação de seus profissionais ou no financiamento da formação de futuros profissionais.

A proposta deve evidenciar que o grupo proponente tem desenvolvido trabalhos de forma articulada vinculados à Instituição sob a estrutura de grupos de pesquisa. É importante que tal vinculação seja prévia à apresentação da proposta.

A proposta deverá explicitar seus objetivos e justificativas de implantação de forma que seus objetivos alinhem-se coerentemente aos objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade entre a área do programa e o campo científico em que se insere. A análise da relevância local, regional ou temática será determinante na avaliação da proposta.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A proposta deve demonstrar a pertinência de sua(s) área(s) de concentração com a área do conhecimento e da(s) área(s) de concentração com as linhas de pesquisa e projetos contempladas na proposta. Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma IES, ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levada em consideração a existência de cursos similares ou próximos na mesma IES. Deve ser especificado o perfil do profissional que se pretende formar.

Determinar o número de orientadores e o número de vagas ofertadas no momento de implantação e no decorrer dos demais anos do programa. A estrutura curricular deve informar o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (disciplinas eletivas, obrigatórias, aproveitamento de créditos, etc.), além do número de créditos requeridos para a conclusão do curso. A estrutura curricular deve ser adequada para o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, sem redundância com a formação lato sensu. A proposta do programa deve refletir a compreensão dos docentes, acerca das finalidades da pós-graduação stricto sensu de caráter profissionalizante, com clara distinção e avanços em relação à formação especializada (lato sensu). A concepção da estrutura curricular deve proporcionar sólida formação no desenvolvimento de pesquisa, através de disciplinas que incluam conhecimentos dos fundamentos metodológicos e inserção de seus resultados de pesquisa de maneira a qualificar seu exercício profissional. Além disso, devem ser explicitados os componentes curriculares que permitirão a aquisição de novas tecnologias e de condutas profissionais altamente qualificadas.

O regimento do curso deve explicitar os critérios de credenciamento de docentes, os critérios e mecanismos e periodicidade do processo de seleção de alunos, número de vagas, critérios de avaliação.

2. Corpo Docente

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

Deve ser evidenciado que o corpo docente possui vínculo em atividades profissionais e/ou acadêmicas há pelo menos 1 ano, e que possui experiência nas áreas, linhas e projetos de pesquisa propostos, especialmente pela existência de produtos derivados de tais vínculos. O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada, por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa MEC nº 17 de 28 de dezembro de 2009).

A proposta deverá conter, no mínimo, 12 docentes permanentes, sendo que pelo menos 80% tenha vínculo com a Instituição em regime de tempo integral ou parcial (no mínimo 20 horas). Propostas que possuam menor número de docentes serão consideradas, desde que justificadas e que não sejam inferiores a 10 docentes permanentes (80% do corpo docente). Em caráter temporário, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aceita-se a participação em até 40% da composição do corpo docente permanente de professores de outras instituições públicas situadas nessas regiões.

O docente poderá participar na condição de permanente em, no máximo, outros 2 programas de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pós-graduação da mesma ou de outra Instituição, desde que demonstre viabilidade para tal atuação, conforme estipula a Portaria CAPES nº 01/2012. A participação de docentes colaboradores não pode caracterizar dependência externa, tampouco constituir elemento para o atendimento das exigências mínimas de produção científica/técnica. O corpo docente deve demonstrar experiência prévia na condução de estudos que tenham envolvido a orientação de alunos de graduação, trabalhos de conclusão de cursos, iniciação científica, especialização ou ainda discentes em programas de mestrado ou doutorado.

3. Atividade de Pesquisa

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

As linhas e projetos de pesquisa devem estar vinculados à área de concentração e à proposta do programa. Projetos isolados podem compor a proposta, desde que não sejam majoritários e demonstrem efetiva contribuição para o desenvolvimento futuro do programa.

A produção intelectual apresentada deve estar amplamente relacionada com as temáticas abordadas nas linhas e projetos de pesquisa do programa. As linhas de pesquisa não devem demonstrar dependência de um único docente e devem ser compostas, no mínimo, por dois docentes. O programa deve demonstrar equilíbrio na distribuição dos docentes em suas linhas de pesquisa. Os projetos de pesquisa devem estar distribuídos uniformemente entre os membros do corpo docente, ou seja, não estejam excessivamente concentrados em poucos docentes. É desejável a presença de alunos de graduação nos projetos técnicos ou de pesquisa.

Deve-se demonstrar capacidade para captação de recursos de fomento à pesquisa ou desenvolvimento técnico-científico relacionados à proposta do programa. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares.

4. Produção Intelectual

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual compreende produtos de natureza técnica e científica que devem preservar estreita relação com os objetivos centrais da proposta, da(s) área(s) de concentração e/ou linhas e projetos de pesquisa. A produção intelectual deverá preencher os seguintes critérios quantitativos e qualitativos mínimos:

Para a proposição de cursos de mestrado profissional a produção per capita dos docentes do programa deve ser aquela correspondente a um programa de nota 3 na área, no interstício do triênio anterior à apresentação da proposta (consultar o documento de área para acesso aos critérios Qualis periódicos e respectiva pontuação).

Finalmente, o corpo docente deve possuir produção técnica compatível com a área de oferta do

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

curso e relacionada com a produção bibliográfica.

A produção técnica deve ser relevante para a área da proposta do programa e ser reconhecida por entidades públicas e/ou particulares.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

A Instituição deverá apresentar laboratórios adequados para a condução das atividades investigativas propostas. Os laboratórios devem conter equipamentos e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das linhas de pesquisa vinculadas à proposta, salas para docentes receberem seus alunos para orientação e discussão do andamento da pesquisa e salas de estudo para alunos são necessárias. Espaços destinados para pesquisas aplicadas devem ser de acordo com a proposta do programa.

Docentes e alunos deverão ter acesso às bases de indexação bibliográfica, assim como a periódicos. A biblioteca da Instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da área, incluindo periódicos e livros.

6. Outras

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

O apoio institucional evidencia-se por meio de atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional. Além disso, materializa-se pela garantia de manutenção das condições de trabalho e de preservação e estabilidade do corpo docente, os quais devem possuir quantidade e formação adequadas.

É imprescindível que os docentes tenham formação e/ou produção na área do conhecimento específico da temática da proposta. O agrupamento de docentes com experiências em diferentes campos da área da saúde para compor o corpo docente não tem se mostrado suficiente para garantir uma sólida base epistemológica do programa. Assim, recomenda-se que o corpo docente seja caracterizado por perfis profissionais que se aproximem do eixo central da proposta.

Um memorial descritivo das atividades técnico-científicas é desejável a fim de prover informações acerca das principais atividades que são relevantes para os programas profissionais.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A avaliação dos Programas de Pós-graduação (PPG) da Área 21 tem sido realizada com base nos cinco quesitos padronizados para todas as Áreas de Avaliação da CAPES. Considerando os critérios definidos pelo CTC-ES, os pesos atribuídos a cada quesito procuram refletir o estágio atual de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

avaliação da Área. Destaca-se que ao longo do triênio, várias discussões sobre os critérios de avaliação foram realizadas nos Seminários de Acompanhamento e Fórum de Coordenadores. Alguns critérios puderam ser longamente debatidos e esclarecidos, enquanto outros, apesar do empenho, ainda requerem aperfeiçoamento e outras discussões.

A Proposta do Programa é fundamental para a sua qualificação, devendo evidenciar com clareza como ele está científica e epistemologicamente inserido na Área de avaliação. Além disso, a proposta deve demonstrar coerência entre os objetivos do PPG e sua(s) área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular e infraestrutura. As condições de infraestrutura e facilidades para pesquisa devem ser evidenciadas. Conforme a indicação anterior da Área 21, o planejamento para o desenvolvimento das atividades do curso será valorizado. Na Avaliação Trienal de 2013 o planejamento deverá apontar claramente as metas a serem cumpridas ao longo do próximo triênio, em cada um dos quesitos da avaliação e explicitar um conjunto de estratégias que serão executadas para alcançar tais fins. Além disso, ele deverá também informar as propostas do programa quanto às necessidades regionais, nacionais e internacionais, aos desafios da área tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos, as propostas de qualificação do corpo docente e ações e estratégias do Programa quanto a desenvolvimentos futuros.

O quesito Corpo Docente receberá ponderação menor em relação aos demais quesitos devido a sua baixa capacidade de discriminação na avaliação dos PPGs (efeito teto), considerando o nível de organização e estruturação alcançado pela maioria dos PPGs da Área 21. O corpo docente deve ter titulação de doutor e experiência em investigação científica na(s) área(s) de concentração, além de ser numericamente compatível com a dimensão e diversidade do PPG. A maioria dos professores deve pertencer à categoria de docentes permanentes e ter, preferencial e majoritariamente, vínculo de trabalho em tempo integral na instituição. Especial atenção será dada na avaliação sobre a coerência entre o perfil dos pesquisadores quanto aos estudos desenvolvidos e a área e escopo do programa de forma a preservar a identidade e coerência interna dos programas. Esses critérios mostram que a área deixa de valorizar a área de formação de seus docentes nas especificidades das subáreas e passa a valorizar sua atuação vinculada à área de concentração, linhas e projetos de pesquisa do programa, o que permite ampliar os horizontes da multidisciplinariedade sem, no entanto, perder a coerência epistemológica com as subáreas.

Os quesitos Corpo Discente e Produção Intelectual receberam a maior valorização, porque representam os “produtos” dos PPGs derivados da formação e titulação de novos pesquisadores e também da produção intelectual desenvolvida por discentes e docentes permanentes. O PPG deve ter capacidade de admitir discentes de mestrado e/ou doutorado, proporcionar-lhes a formação necessária com titulação no tempo previsto, atendo-se ao pressuposto básico da qualidade acadêmica. Além disso, diante do compromisso e nível de envolvimento de seus docentes e discentes, o PPG deve demonstrar capacidade de produzir conhecimento novo na(s) sua(s) área(s) de concentração, observando os princípios de qualidade/relevância científica, regularidade, além de claro alinhamento à proposta do programa. A mobilidade discente constitui um importante meio de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

promover a integração e cooperação entre programas e além de caracterizar o processo de internacionalização dos PPGs, que será valorizado na presente avaliação.

A avaliação da produção intelectual quanto a quantidade e distribuição dentre os docentes permanentes permanece com elevado peso em comparação aos demais itens de avaliação. A área passa a empregar dois critérios adicionais quanto à produção intelectual do programa, além de redefinir os critérios de produção. A quantidade de artigos publicados não será mais avaliada de forma isolada (item 4.1) e um critério de qualificação dessa produção será aplicado. Nesse sentido, um determinado percentual de artigos em estratos pré-determinados deverá compor a produção qualificada do programa. Os programas que almejam notas 6 e 7 deverão apresentar forte inserção da produção intelectual em artigos em estratos superiores do Qualis. Os programas que visam obter conceito muito bom nesse quesito deverão apresentar forte inserção em estratos superiores/intermediários do Qualis, enquanto os programas que apresentarem importante produção nos estratos intermediários do Qualis serão candidatos a conceito bom nesse quesito. Finalmente, os programas com inserção nos estratos intermediários/inferiores do Qualis serão candidatos a conceito regular no quesito. Os que não atingirem os percentuais definidos pela área obterão conceito fraco no quesito de qualificação do volume de produtos intelectuais. A produção intelectual dos programas de mestrado profissional obedecerá a procedimentos similares, porém com maior peso na produção técnica, quando comparada à produção de artigos, livros e capítulos.

A produção técnica será avaliada a partir de cinco grupos que foram organizados de acordo com atividades relacionadas à atuação dos profissionais da área. Especial ênfase foi colocada sobre as patentes (registros e depósitos), livros, softwares e similares. A área 21 atribuiu peso de 15% sobre a produção técnica. A pontuação será estabelecida em função do percentual de docentes do programa que se encontra nos quartis de produção da área, sendo considerados como muito bons aqueles que estiverem acima do terceiro quartil; bons aqueles que estiverem acima da mediana e regulares aqueles acima do segundo quartil; fracos serão os que estiverem no primeiro quartil.

A área tem indicado e efetuará remoção de produtos (artigos, livros e capítulos e demais itens de produção técnica) que não se alinham com a identidade dos programas. Vários programas puderam identificar itens dentre sua produção intelectual que poderiam ser declarados como “sem vínculo” aos projetos e linhas de pesquisa, uma vez que não se associam ao escopo das propostas e ameaçam fortemente a coerência interna das áreas de concentração, linhas e projeto de pesquisa. Na avaliação trienal, a Comissão de Área glosará títulos alheios à identidade da área e dos seus programas (acadêmicos e profissionais).

Os cursos profissionais terão avaliados os mesmos quesitos, porém com pesos da produção intelectual e produção técnica diferenciados – vide respectivas fichas.

O quinto quesito da avaliação tem sido bastante debatido na área. A visibilidade e a integração com outros programas têm constituído o foco central desse quesito, pois a inserção social tem causado

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

dificuldades quanto ao estabelecimento de critérios objetivos que possam abarcar as diferentes perspectivas que têm sido desenvolvidas na área. A inserção social será avaliada por meio de impactos vinculados às ações do programa perante a sociedade, enquanto que a visibilidade e cooperação serão determinadas pelas ações formais dos programas em projetos (Minter, Dinter, Procad, e outros). Os demais itens que caracterizam a visibilidade e cooperação (além da participação de docentes do Programa em redes de pesquisa inter institucionais; as publicações conjuntas de docentes do Programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa; a parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área e o intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação, docência ou orientação) serão valorizados, porém com menor peso em comparação aqueles que derivam de editais vinculados a agências de fomento à pesquisa.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Os seminários de acompanhamento modificaram o processo de avaliação pela transparência propiciada e por permitirem que o estado introspectivo desse processo de avaliação fosse modificado de forma a possibilitar que os programas observem suas deficiências e virtudes no contexto da área. Tais experiências foram muito ricas e asseguraram aos programas a condição necessária para um melhor entendimento dos quesitos e critérios da avaliação. O primeiro seminário (2011) foi conduzido de maneira que vários programas pudessem realizar uma breve síntese orientada sobre seu desempenho, porém com forte ênfase no quesito da produção intelectual. O segundo seminário (2012) teve sua estratégia modificada e o desempenho dos programas foi sintetizado pelos membros da Comissão de Avaliação e favoreceu a uma melhor dinâmica e agilidade do processo. Para esse segundo Seminário, os coordenadores preencheram uma longa planilha em que os principais elementos norteadores dos quesitos foram informados. Tal exercício se mostrou proveitoso, pois possibilitou uma visão mais integral dos programas e que os mesmos tivessem indicadores relevantes que puderam indicar seu estágio de desenvolvimento no cenário da área.

IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos /Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERÍODICOS

A Área 21 estipulou os critérios de estratificação para os periódicos no início do triênio, o qual foi mantido ao longo do mesmo. Os critérios foram aplicados sobre os novos veículos de produção intelectual a fim de atualizar a lista do Webqualis. Os critérios empregaram dois critérios de classificação. O primeiro critério refere-se ao enquadramento epistemológico dos periódicos em relação às quatro subáreas que compõem a Área 21. Nesse sentido, quatro níveis (1 a 4) foram adotados e se encontram detalhados no quadro 1.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Quadro 1 - Definição dos critérios usados para definir a base epistemológica das subáreas da Área 21.

Identidade epistemológica	Descrição
1	Periódicos sem identidade epistemológica com as sub-áreas da Área 21
2	a) Periódicos com baixa identidade epistemológica com as sub-áreas da Área 21, de escopo amplo; e/ou metodológico; e/ou de clínica médica ou cirúrgica b) Periódicos de áreas correlatas com baixa identidade epistemológica com as sub-áreas da Área 21
3	Periódicos de áreas correlatas com moderada identidade epistemológica com as sub-áreas da Área 21
4	Periódicos com alta e inequívoca identidade epistemológica com uma ou mais sub-áreas da Área 21

O segundo critério refere-se às bases de indexação dos periódicos e encontram-se definidos no quadro 2.

A política adotada pela CAPES permitiu unificar periódicos com ISSNs duplicados (versão impressa e digital), o que resultou em uma redução de 48 títulos, perfazendo um total de 1623 periódicos constantes no Webqualis de 2012. Após a análise dos periódicos empregados em 2011, a área incorporou 304 novos periódicos, o que representou um aumento aproximado de 23.3%, o que demonstra um crescimento importante no volume de periódicos da área quando se considera que tais periódicos correspondem a apenas um único ano do triênio. Assim, o Webqualis da Área de 2011 está composto por 1671 periódicos.

Quadro 2 - Síntese dos critérios de classificação dos periódicos por grupo epistemológico.

	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5
EPIST4	JCR \geq 1,54	JCR < 1,54	SJR SCIELO MEDLINE	LILACS	CINAHL		
EPIST3	JCR \geq 3,25	JCR < 3,25 \geq 1,75	JCR < 1,75 SJR SCIELO	LILACS	CINAHL		
EPIST2	JCR \geq 3,85	JCR < 3,85 \geq 3,25	JCR < 3,25 SJR	SCIELO	LILACS	CINAHL	
EPIST1				JCR \geq 2	JCR < 2.0 SJR SCIELO	LILACS, CINAHL	

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A distribuição percentual dos periódicos após a inclusão dos novos itens pode ser vista na Tabela 2. Nota-se que os percentuais são compatíveis com as determinações da Diretoria de Avaliação em que o percentual de periódicos dos estratos A1 deve ser inferior ao percentual de periódicos em estratos nos periódicos A2 ($A1 < A2$) e que a soma de ambos seja igual ou inferior a 25%. O percentual de periódicos que povoam os estratos A1, A2 e B1 são inferiores a 50%. A diferença em relação aos limites máximos estabelecidos pela CAPES justifica-se pela necessidade de incorporação de títulos que serão inseridos no exercício de 2012.

Tabela 2 – Percentual de Estratos tipificados após a inclusão de 304 títulos do exercício de 2011.

	N	%	%
A1	170	10.2	
A2	184	11.0	21.2
B1	390	23.3	44.5
B2	141	8.4	
B3	199	11.9	
B4	203	12.1	
B5	259	15.5	
C	125	7.5	

A primeira coluna indica o estrato, a segunda coluna indica o número de periódicos enquanto a terceira e quarta colunas apresentam o percentual em cada estrato e o percentual acumulado, respectivamente. Os dados referem-se à estratificação realizada até 2012 e emprega os dados de indexação (JCR) de 2011.

A área 21 manterá as mesmas ponderações aplicadas no triênio anterior:

Estrato A1	peso 100
Estrato A2	peso 80
Estrato B1	peso 60
Estrato B2	peso 40
Estrato B3	peso 20
Estrato B4	peso 10
Estrato B5	peso 5

Para manter a qualidade desejada na produção intelectual de periódicos e livros, o sistema de avaliação por pontos adotará travas a fim de limitar a obtenção de um elevado número de pontos em estratos inferiores e/ou exclusivamente em capítulos de livros. Serão considerados no máximo três artigos em estratos B4 e B5 e capítulos C1 por docente.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013**CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS, CAPÍTULOS E COLETÂNEAS**

A Área 21 estipulou indicadores para Classificação de Livros no início do triênio 2007-2009, os quais observaram sua natureza, contexto da publicação, relevância, impacto, processo editorial e vínculo com o Programa de Pós-Graduação em relação à linha de pesquisa, área de concentração e área de conhecimento. A elaboração desses indicadores visa dar subsídios para que os próprios programas de pós-graduação realizem a avaliação da produção em livros que possa orientar seus processos de avaliação interna no tocante ao gerenciamento dessa produção.

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial. Para efeitos de classificação, a Comissão de Avaliação de Livros considerou as seguintes categorias: a) **livro autoral**, escrito integralmente pelo autor(es); b) **coletânea**, estruturada com a participação de vários autores responsáveis por parte da obra (capítulos); c) **obra**, escrita por vários autores com expertise numa temática comum, cuja teoria discuta, acorde e padronize procedimentos em relação ao assunto desenvolvido de forma ampla nos seus diferentes contextos e aplicações.

Indicadores para Classificação de Livros

A caracterização das obras pertinentes à avaliação de produção intelectual em formato livro foi amplamente discutida e documentada nas páginas da Área 21 e do Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação da Área 21. Mesmo com a explicitação do que seja classificado como livro, a Área 21 tem recebido para avaliação: manuais, dicionários, relatórios, anais de eventos, e outras produções, as quais são caracterizadas como produção técnica e não como produção intelectual. Deve ser ressaltado que obras de caráter técnico e obras de caráter didático e de divulgação não são avaliadas pela Comissão de Avaliação de Livros, embora possam ser computadas, respectivamente, no item de produção técnica e no item relativo ao impacto educacional do programa.

No triênio 2010-2012, as fichas de identificação da obra foram adaptadas para planilhas individuais por volume, preenchidas conforme os critérios da ficha originalmente elaborada. Essas planilhas devem ser preenchidas para todos os produtos classificados como livro e elegíveis para qualificação segundo os indicadores adotados. O preenchimento deve ser feito pelos coordenadores de programa ou pelo docente autor e transcritos para o *Coleta* assim que o aplicativo para tal estiver disponível.

Os produtos correspondentes devem ser encaminhados para análise pela Comissão de Avaliação de Livros, concomitante ao envio do *Coleta*, acrescido da planilha (Instrumento para Classificação dos Livros) e depositados na(s) Biblioteca(s) de Referência, indicada(s) pela área para a guarda e catalogação do material. Somente serão avaliadas pela Comissão obras enviadas juntamente com: a) planilha de avaliação impressa; b) planilha de avaliação eletrônica.

As obras reeditadas somente serão avaliadas quando acompanhadas da edição anterior, para que uma avaliação comparativa da obra possa ser realizada. Um pequeno memorial descritivo

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

apontando as diferenças entre as edições é desejável. Ainda, o envio de cópias eletrônicas dos livros (formato PDF) somente são aceitas para livros digitais, não sendo dispensado o preenchimento do instrumento de avaliação. Fotocópias de obras também não são analisadas.

A planilha (Instrumento para Classificação de Livros) deve ser conferida pela Comissão de Avaliação de Livros e, se necessário, corrigida, tendo em mãos o exemplar do produto a ser qualificado para eventuais correções no preenchimento da planilha. Nessa etapa não se supõe que as obras precisem ser lidas em sua totalidade, uma vez que o preenchimento dos quesitos e o manuseio do volume já seriam suficientes.

O instrumento está organizado em campos de preenchimento que abrangem: atributos formais (tipo de obra e natureza do texto) e vinculação com linhas de pesquisa, áreas de concentração e área de conhecimento. A critério da Comissão, as correções serão realizadas a partir da leitura do prefácio e/ou da apresentação, sumário de conteúdos e capítulos, e informações da quarta capa. Caso esse exame não permita a identificação satisfatória dos elementos de avaliação, a Comissão poderá proceder à leitura parcial ou total da obra.

A avaliação de livros pressupõe a observância a aspectos que envolvem relevância, inovação e potencialidade de impacto. A *relevância* é entendida como: contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo. A *inovação* diz respeito a: originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas. Por sua vez, a *potencialidade do impacto* refere-se a: circulação e distribuição prevista; língua; reimpressão ou re-edição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

Os indicadores que norteiam a avaliação de livros encontram-se dispostos em quatro estratos (L4, L3, L2 e L1), os quais trazem elucidações acerca dos elementos qualificadores a serem considerados para a classificação dessa produção, bem como sua pontuação. Na condição de indicadores, constituem-se como orientadores do processo de qualificação das obras, conforme apresentado no Quadro 3.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Quadro 3 – Indicadores para estratificação de livros

Estratos	Descrição
<p align="center">L4</p> <p>Pelo menos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • $\geq 5,5$ (antes do impacto) • 5 antes do impacto • ≥ 6 com impacto 	<p>Indicadores que podem levar à classificação da obra no estrato L4, em que há predominância de livros escritos integralmente pelo(s) autor(es):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vínculo da obra com a linha de pesquisa do programa de pós-graduação; - Processo de editoração que denote avaliação por pares, explícita na obra ou comprovada com documento da própria editora; - Conselho/corpo editorial informado na obra; - Financiamento específico para a obra (nela informado ou em documento comprobatório), com parcerias entre editora e agências de fomento; - Três ou mais reedições, com revisão da obra como um todo e expressiva atualização que indique sua qualificação. - Composição de coleção, informada na obra.
<p align="center">L3</p> <p>Pelo menos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ≥ 5 (antes do impacto) 	<p>Indicadores que podem levar à classificação da obra no estrato L3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vínculo da obra com a área de concentração do programa de pós-graduação; - Processo de editoração que denote avaliação por pares, explícita na obra ou comprovada com documento da própria editora; - Conselho/corpo editorial informado na obra; - Financiamento específico para a obra (nela informado ou em documento comprobatório), com parcerias entre editora e agências de fomento; - Pelo menos uma reedição para livros escritos integralmente por autor(es) ou duas reedições para tratados e coletâneas; - Composição de coleção, informada na obra.
<p align="center">L2</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4 e 4,5 	<p>Indicadores que podem levar à classificação da obra no estrato L2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vinculação da obra com a área de conhecimento do programa de pós-graduação; - Processo de editoração que denote avaliação por pares, explícita na obra ou comprovada com documento da própria editora; - Conselho/corpo editorial informado na obra; - Financiamento específico para a obra (nela informado ou em documento comprobatório), com parcerias entre editora e agências de fomento; - Composição de coleção, informada na obra.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

L1 • $\leq 3,5$	Indicadores que podem levar à classificação da obra no estrato L1, em que há predominância de coletâneas: - Vinculação da obra com a área de conhecimento do programa de pós-graduação.
LNC	- Obras não compatíveis com os critérios estabelecidos na Área 21; - Obras sem vinculação com a área de conhecimento do programa de pós-graduação.

Cabe observar que em virtude das obras encaminhadas à Comissão serem avaliadas em relação à área de conhecimento, a áreas de concentração e a linhas de pesquisa do Programa ao qual elas integram, é possível que uma mesma obra tenha avaliações distintas entre Programas, o que levará consequentemente a pontuações diferentes entre eles para o mesmo produto.

A obra estratificada como L4 corresponderá a 100% da pontuação (200 pontos). A obra estratificada como L3 corresponderá a 75% (150 pontos) da pontuação, enquanto a obra classificada como L2 corresponderá a 50% da pontuação. As obras que tiverem sido avaliadas como L1 receberá 25% da pontuação. A obra não estratificada ou considerada com LNC não receberá pontuação como produção científica.

Orientações para preenchimento da planilha eletrônica do Instrumento para Classificação dos Livros e informações complementares sobre pontuação

- Nenhum campo poderá ser deixado sem preenchimento. Caso isso ocorra, a avaliação será prejudicada e não compete à Comissão de Avaliação a busca de informação em outras fontes.
- Ao passar o mouse sobre a caixa (cinza), esclarecimentos adicionais podem ser visualizados.
- As respostas em caixas pequenas (ex. Sim ou Não) devem ser assinaladas com "X" maiúsculo. Não use outro tipo de notação, pois isso dificulta o processamento dos dados.
- As respostas descritivas devem ser sucintas e objetivas.
- Para a sugestão do conceito das obras, considerar os seguintes critérios:
 - **Natureza da publicação:**
 - Livro/Texto Integral - Até 2.5 pontos (pontuações admitidas: 2,5; 1,5 e 0,5);
 - Tratado - Até 2.0 pontos;
 - Coletânea - Até 1.0 ponto (pontuações admitidas: 1,0 e 0,5).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013**• Vínculo com o Programa:**

- Somente com a Área de Conhecimento = 0.5 pontos;
- Área de Conhecimento e Área de Concentração = 1.0 ponto;
- Área de Conhecimento, Área de Concentração e Linha de pesquisa = 2.0 pontos.

• Processo Editorial:

- Editora com conselho/corpo editorial = 0.5 pontos;
- Processo de revisão por pares, específica da obra = 0.5 pontos;
- Obra publicada em parceria com associações, entidade de classe ou apoio governamental = 0.5 pontos;
- Obra com financiamento exclusivo e específico baseado em análise de mérito = 1,0 ponto;
- Obra integrante de coleção e/ou série = 1.0 ponto.

O impacto para as edições subsequentes somente será analisado após a classificação das obras nos estratos L3 ou superior. Obras no estrato L3 são candidatas a L4 após análise do impacto de suas reedições. O Quadro 4 apresenta a pontuação específica para as reedições a partir de suas respectivas categorias.

Quadro 4 – Pontuação de reedição para as obras avaliadas.


Categoria	2ª edição	3ª edição	4ª edição ou mais
Livro propriamente dito	1 ponto	2,5 pontos	3,5
Tratado	1 ponto	2 pontos	3
Coletânea	2 pontos	3 pontos	4

As informações dispostas nessa descrição de classificação de livros pretendem tornar elucidativo o processo de avaliação e contribuir para a consolidação de ações que sejam legítimas para a comunidade acadêmica. Tais informações representam o resultado de um trabalho que trouxe avanços consideráveis em relação ao reconhecimento da produção em livros como parte significativa da produção intelectual e se encontra constantemente em processo de aprimoramento ante os desdobramentos da própria pós-graduação e das necessidades dos sujeitos que a integram.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS
Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA
Título da Obra:
Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for docente ou discente do Programa):
ISBN:
Editora:
Local da edição (cidade/país):
Número de Páginas:
Ano da primeira edição:
Número e ano da edição enviada:
Tiragem:
Formato (impresso ou eletrônico):
Referência completa do Livro / Coletânea (adotar ABNT):
Numero de capítulos da coletânea:
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-graduação, título e páginas de cada capítulo:
Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:
Resumo do livro/Coletânea: (ementa)
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, etc.):

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

 <p>Ministério da Educação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06 CEP 70040-020 - Brasília, DF</p>													
INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS													
Sigla da IES	<input type="text"/>												
Nome PPG	<input type="text"/>												
ISBN	<input type="text"/>												
Título da Obra:	<input type="text"/>												
Autores/Organizadores da Obra (SOBRENOME, INICIAIS;...)	<input type="text"/>												
Assinale com "X" a Natureza da Obra na pontuação sugerida (vide comentário)	<table border="0"> <tr> <td>LIVRO</td> <td><input type="checkbox"/> 2.5</td> <td><input type="checkbox"/> 1.5</td> <td><input type="checkbox"/> 0.5</td> </tr> <tr> <td>COLETÂNEA</td> <td><input type="checkbox"/> 1</td> <td><input type="checkbox"/> 0.5</td> <td></td> </tr> <tr> <td>TRATADO</td> <td><input type="checkbox"/> 2</td> <td><input type="checkbox"/> 0</td> <td></td> </tr> </table>	LIVRO	<input type="checkbox"/> 2.5	<input type="checkbox"/> 1.5	<input type="checkbox"/> 0.5	COLETÂNEA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 0.5		TRATADO	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 0	
LIVRO	<input type="checkbox"/> 2.5	<input type="checkbox"/> 1.5	<input type="checkbox"/> 0.5										
COLETÂNEA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 0.5											
TRATADO	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 0											
A obra faz parte de coleção/série? (S=SIM; N=NAO)	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO												
Se sim, explique o histórico e contexto da coleção	<input type="text"/>												
Nome Editora	<input type="text"/>												
A Editora possui corpo/conselho editorial?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO												
Local edição	<input type="text"/>												
Num páginas	<input type="text"/>												
Ano 1.ª ed	<input type="text"/>												
Ano edição enviada - (enviar volume da edição anterior)	<input type="text"/>												
Numero edição enviada (Somente n.º, ex 1ª = 1)	<input type="text"/>												
Se a obra consiste em uma nova edição, o que a diferencia da anterior? Explique.	<input type="text"/>												
Tiragem	<input type="text"/>												
Assinale com "X" o formato da Obra	<input type="checkbox"/> IMPRESSO <input type="checkbox"/> ELETRÔNICO												
Referência completa da obra (formato ABNT)	<input type="text"/>												
Num de capítulos na obra	<input type="text"/>												
Recebeu fomento (específico para a obra)	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO												
Qual a fonte financiamento?	<input type="text"/>												
Explique a natureza/contexto do fomento e número do processo	<input type="text"/>												
A obra foi realizada em parceria com alguma sociedade científica (conselhos, academias, etc)	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO												
Explique a natureza da parceria	<input type="text"/>												
Assinale com "X" se a obra foi revisada por pares da área (mérito)?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO												
Se "SIM", Como e quem efetuou o processo de revisão (explique)	<input type="text"/>												
Possui Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento? (Apenas uma alternativa)	<input type="checkbox"/> Área Conhec <input type="checkbox"/> Área Conc <input type="checkbox"/> Linha												
Explique a vinculação com a Área Básica, AC e LP.	<input type="text"/>												
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes/disscutes de outros programas, participação de autores estrangeiros, etc.	<input type="text"/>												
Autor Docente do PPG (SOBRENOME, Nome) -	<input type="text"/>												
1	<input type="text"/>												
2	<input type="text"/>												
3	<input type="text"/>												
4	<input type="text"/>												
5	<input type="text"/>												
Sugestão PPG	<input type="text"/>												
Parecer Comissão (não preencher)	<input type="text"/>												
A partir da pontuação e análise do PPG, qual o estrato sugerido para a obra (L1, L2, L3 e L4)	<input type="text"/>												
	BN/JN/CM/DH/RG/AR												

DOCUMENTO DE ÁREA 2013**PRODUTOS TÉCNICOS/EVENTOS**

Os produtos técnicos passaram a ser estratificados em grupos. A área passa a valorizar os produtos derivados dos esforços dos programas como a criação/desenvolvimento de equipamentos, materiais e outros bens e serviços que sejam protocolados e/ou registrados. Além disso, também teve como objetivo contemplar a participação de docentes envolvidos na gestão das revistas e periódicos da área. Os grupos 1 e 2 possuem saturação de 10 pontos, enquanto que os demais não possuem tal restrição. O grupo 3 possui peso de 5 pontos por atividade; o grupo 4 possui peso de 8 pontos para editoria e 5 pontos para ações de consultoria e revisão nos periódicos.

- **Grupo 1 - Cartas, Mapas e Similares** (Aerofotograma, Carta, Fotograma, Mapa e outros documentos de reconhecida relevância técnica onde um ponto de vista, opinião ou parecer tenha sido estabelecido e divulgado à toda comunidade acadêmica). **Artes Cênicas** (Criação de material ou obra Audiovisual, Circense, Coreográfica, Operística, Performática, Radialística ou Teatral, apresentada ao público por qualquer meio de vinculação e com ampla divulgação).; **Manutenção de obra artística** (Manutenção de obras artísticas, tais como Arquiteturas, Desenhos, Esculturas, Fotografias, Gravuras e Pinturas).; **Música** (Criação, adaptação e interpretação de Obras Musicais, Arranjos, criações Audiovisuais e Composições. Publicação de Partitura, Registro Fonográfico e de Trilha Sonora).; **Radio ou TV** (Concessão de Entrevistas, participação de Mesas redondas, atuação como comentaristas ou outras atividades que caracterizem parecer de especialista em programas de radio e televisão). (1 ponto por atividade, no máximo de 10 pontos).
- **Grupo 2 - Cursos** (Cursos ministrados em eventos). **Organização de evento** (Organização e gerenciamento de eventos. Atividades de Curadoria e Montagem de eventos).; **Palestra/Conferência em Evento** (Palestras ou Conferências ministradas em eventos de abrangência nacional ou internacional).; **Trabalhos em Eventos** (Trabalhos apresentados em eventos científicos nacionais e internacionais). (1 ponto por atividade, com máximo de 10 pontos).
- **Grupo 3 - Participação em comissões e comitês técnico-científicos** dos órgãos de fomento e ou consultorias e assessorias no âmbito da política e/ou gerenciamento da área (CAPES, CNPq, FAPs, MEC, Ministério Esporte, COB, COI, Confederações, Federações Esportivas, Conselhos de Classe, Comitê de Ética, Comitês de Iniciação Científica Institucionais, Consultoria a Empresa Privada). (5 pontos por atividade, sem máximo de pontos).
- **Grupo 4 - Editoria** (Gerenciamento da produção de Anais, Catálogos, Coletâneas, Enciclopédias, Livros e Periódicos na área, Corpo Editorial de Periódicos); **Serviços Técnicos** (Pareceres para periódicos e Editoras para a Publicação de Livros, Manuais e Coletâneas). (editoria 8 pontos por ano no triênio; revisores 5 pontos por ano por periódico).
- **Grupo 5 - Registro definitivo ou provisório no INPI** de produto relacionado ao Desenvolvimento de aplicativo Computacional ou Multimídia orientado para instrução ou

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

intervenção afim a área; **Registro definitivo ou provisório no INPI de produto relacionado ao Desenvolvimento de Softwares** relacionados à área orientados para instrução, intervenção, avaliação, estatística, etc., afim a área; **Registro definitivo ou provisório no INPI/ISBN de produto relacionado ao desenvolvimento de Material Didático** e Instrucional de pequena ou grande circulação, orientado à fundamentação dos cursos de formação desenvolvidos ou sua divulgação. Produto afim a área. **Registro definitivo ou provisório no INPI de produto relacionado ao desenvolvimento de técnica**, método de treinamento, procedimento experimental etc., afim a área.; **Registro definitivo ou provisório no INPI de produto relacionado ao Desenvolvimento de Aparelhos**, Instrumentos, Equipamentos e Fármacos, etc., afim a área. (100 pontos por patente ou software registrado; e 50 pontos por material didático).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	1.1.1 – a adequação, a coerência e a quantidade dos Projetos de Pesquisa (PP) com as respectivas Linhas de Pesquisa (LP) ; 1.1.2 – a adequação, a coerência e a quantidade das LP com as respectivas Áreas de Concentração (AC); 1.1.3 – a abrangência, consistência e atualização das AC e LP; 1.1.4 – a adequação, a coerência e a quantidade das disciplinas oferecidas em relação às LP e AC ; 1.1.5 – a consistência das ementas, assim como a coerência e a atualização das respectivas bibliografias ; 1.1.6 – a presença e regularidade da oferta de disciplinas de fundamentação teórico-metodológica (bases epistemológicas e metodologia da investigação) e de estratégias de formação didático-pedagógica para intervenção no magistério superior.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	30%	1.2.1 – a adequação das propostas do Programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais; 1.2.2 – as propostas para enfrentar os desafios da área tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos; 1.2.3 – as propostas de qualificação do corpo docente; 1.2.4 – o planejamento do Programa quanto a desenvolvimentos futuros.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	Avaliar a existência, a adequação e a suficiência de: 1.3.1 – Laboratórios com condições para a realização das pesquisas de dissertações e teses; 1.3.2 – Biblioteca que permita o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos; 1.3.3 – Recursos de informática disponíveis para alunos e docentes; 1.3.4 – Recursos próprios para a realização de suas atividades docentes, de orientação, pesquisa e extensão.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação	10%	Verificar se o corpo docente é composto por doutores com atuação na área; Avaliar: 2.1.1- se as áreas de atuação acadêmica dos docentes

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.		<p>permanentes são adequadas à proposta do Programa (AC, LP e PP);</p> <p>2.1.2 - o nível de experiência do corpo docente, inclusive sua projeção nacional e internacional;</p> <p>2.1.3 - se o corpo docente tem atraído alunos para estágios pós-doutorais (quando aplicável) e,</p> <p>2.1.4 - o percentual de docentes nas condições de visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; de pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	<p>Avaliar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a atuação do corpo docente permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, de publicação e de formação de mestres e doutores, levando em conta o tempo de participação de cada um durante o triênio; 2.2.1 – o tamanho (mínimo de 12 docentes permanentes) e a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, de pesquisa e de orientação em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes; 2.2.2 – observar a estabilidade do corpo docente 2.2.3 – a adequação do percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional segundo o disposto na Portaria CAPES nº 01/2012. 2.2.4 – se a dinâmica do Programa revela dependência da atuação de docentes colaboradores. 2.2.5 – a vinculação entre a produção intelectual do docente em relação à área, linhas e projetos de pesquisa.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	Avaliar se as atividades de ensino de pós-graduação, orientação e pesquisa estão distribuídas de modo equilibrado entre todos os docentes ou sua maioria.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	<p>Avaliar o nível de envolvimento dos docentes em atividades de graduação, sendo altamente valorizada a inserção de alunos em projetos de iniciação científica.</p> <p>2.4.1 Observar a proporção de docentes que atuam em cursos de graduação</p> <p>2.4.2 – Analisar a proporção de docentes que desenvolvem atividades de orientação de trabalhos de conclusão de curso.</p> <p>2.4.3 – Analisar a proporção de docentes que desenvolvem atividades de orientação de projetos de iniciação científica.</p>
2.5. Proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Bolsas, Financiamentos Nacionais e	20%	<p>Avaliar a capacidade dos docentes de captar financiamentos para realização de pesquisa (por agências de fomento nacionais e internacionais) e de obter bolsa.</p> <p>2.5.1 Observar a proporção de docentes que obtiveram</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Internacionais, Convênios, etc...).		financiamento de seus projetos de pesquisa 2.5.2 Analisar a proporção de bolsistas de produtividade ou equivalente em relação à dimensão do corpo docente.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	15%	3.1.1. Análise quantitativa do percentual de titulações de mestrado/doutorado durante o triênio em relação à dimensão do corpo docente permanente. Considerar a média quando o docente atuar em ambos os níveis de formação (M e D). 3.1.2. Análise quantitativa do percentual de titulações de mestrado e doutorado durante o triênio em relação à dimensão do corpo discente. Considerar a média quando houver dois níveis de formação (M e D).
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	Análise quantitativa da média de orientações de mestrandos/doutorandos por docente permanente no triênio. Considerar cursos com Mestrado e cursos com Mestrado e Doutorado
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50%	3.3.1 – a produção do corpo discente em eventos científicos (trabalhos apresentados, resumos em anais); 3.3.2 – a proporção de discentes e egressos autores (titulados nos últimos 3 anos) com publicações em relação à dimensão do corpo discente, e, 3.3.3 – a qualidade da produção discente com base no Qualis Periódico e Qualis Livro da área.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	15%	3.4.1. O tempo médio de titulação de bolsistas em nível de mestrado e do doutorado; 3.4.2 – A existência de bolsas de doutorado sanduíche e mobilidade discente (considerar a realização por parte dos discentes de disciplinas em outros Programas, capacitação para determinado procedimento de pesquisa, realização de pesquisa em conjunto, etc.).
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	Avaliar a quantidade e qualidade da produção intelectual do Programa (somente a produção dos docentes permanentes será contabilizada) em relação à dimensão do corpo docente permanente. 4.1.1 – Para a quantidade, no numerador são somados os produtos e no denominador são considerados apenas os docentes permanentes, levando em conta o tempo de participação de cada um durante o triênio. Na quantificação da produção do Programa, os produtos construídos em coautoria por mais de um docente do Programa são contabilizados apenas uma vez (cada produto será contabilizado apenas uma vez).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		4.1.2 – Além da quantidade de produtos, os programas devem apresentar uma proporção de produtos qualificados em estratos mais elevados (artigos e livros) para a obtenção de conceitos mais altos.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	45%	<p>Avaliar a distribuição das publicações qualificadas do Programa entre os docentes permanentes.</p> <p>4.2.1 – Na análise da distribuição da produção será contabilizada a produção qualificada de cada docente permanente, (artigos, livros ou capítulos de livros desenvolvidos em coautoria com outros docentes do Programa). Pelo menos 80% dos docentes devem alcançar determinado patamar de pontuação compatível com o perfil de nota/conceito.</p> <p>4.2.2 – A proporção de docentes com publicações nos estratos mais elevados também será analisada.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	<p>Avaliar a quantidade das produções técnicas do corpo docente permanente, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - editoria de periódicos científicos da área; - comissões e comitês técnico-científicos dos órgãos de fomento; - consultorias e assessorias no âmbito da política da área; - normas, protocolos, programas e documentos elaborados para agências oficiais (nacionais ou internacionais) relacionadas com a formulação, implementação e avaliação da política de saúde, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	30%	<p>Impacto educacional do Programa - contribuição para a melhoria do ensino fundamental e médio, cursos de graduação e técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino; geração pelo Programa de “livros-textos” e outros materiais didáticos para a graduação bem como para o ensino fundamental e médio;</p> <p>Impacto social/cultural do Programa - contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento; Inserem-se os programas de serviços e atendimentos à comunidade desenvolvidos com efetiva participação de docentes e discentes do programa.</p> <p>Impacto tecnológico/econômico do Programa - Desenvolvimento micro regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		técnicas e conhecimentos.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	55%	5.2.1 – a participação em programas institucionais de cooperação, das agências de fomento à pesquisa e da própria CAPES, tais como Minter, Dinter, Associação entre IES, Casadinho, Procad, projetos temáticos do CNPq, FAPs ou FINEP; 5.2.2 – a participação de docentes do Programa em redes de pesquisa inter institucionais; 5.2.3 – as publicações conjuntas de docentes do Programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa; 5.2.4 – a parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área e, 5.2.5 – o intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	5.3.1 – a manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de seus dados internos, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, atividades de inserção social/ impacto educacional e tecnológico/econômico, 5.3.2 – o nível de acesso às Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria CAPES nº13/CAPES/2006, que torna obrigatória essa providência.

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Curso	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	35%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	15%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área
2. Corpo Docente	30%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no art 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional) - Examinar o número de DP que possui Bolsa de Produtividade CNPq ou equivalente.. - Examinar o número de DP que possui projetos financiados para produção na área da proposta. - Examinar se o Corpo Docente atua em P, D & I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos e tecnológicos financiados pelo setor industrial ou pela área de política social correspondente. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes considerando o estabelecido pelo inciso VI do artigo 7 da Portaria Normativa MEC nº 17 : “o programa deve comprovar carga horaria e condição de trabalho dos docentes compatíveis com as necessidades
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes
3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	20%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	35%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no art 10o da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no art 10o da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	45%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	20%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto à empresa, ao órgão público/privado, etc.
4. Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar o número total de publicações de docentes permanentes do programa no triênio.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4.2. Produção artística, técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	35%	<p>Examinar o número total da Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como:</p> <p>Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros).</p> <p>Artigos publicados em periódicos técnicos.</p> <p>Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais.</p> <p>Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor.</p> <p>Elaboração de protocolos, normas ou programas.</p> <p>Consultoria ou assessoria técnica.</p> <p>Produtos técnicos.</p> <p>Protótipos.</p> <p>Patentes.</p> <p>Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do Programa	20%	<p>- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.</p>
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	<p>Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa</p>
5. Inserção Social	10%	
5.1. Impacto do Programa	30%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc ...), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	25%	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>25%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa</p>	<p>20%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo Curso/ Programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Portaria CAPES nº 13/2006)

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

A internacionalização é entendida pelo conjunto de ações dos programas quanto as suas relações com Universidades, grupos de pesquisa e pesquisadores pertencentes a instituições estrangeiras cientificamente estruturadas. As ações colaborativas com essas instituições pressupõem fluxo constante de trocas de experiência que caracterizam um relacionamento relativamente constante entre docentes e discentes dos programas envolvidos. Essas ações se caracterizam por visitas, estágios e outras formas de interação. Entende-se que as publicações derivadas desses relacionamentos consistem nos produtos desse processo colaborativo de pesquisa. Logo, publicações internacionais sem um claro envolvimento não caracterizam plenamente o processo de internacionalização.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Atualmente, algumas instituições têm desenvolvido atividades com grupos no exterior. Observa-se que essas ações precisam ser reportadas de forma mais completa a fim de que se percebam os mecanismos e meios de interação, bem como os produtos derivados desse relacionamento.

Considerações sobre atribuição de notas 6 e 7:

Programas elegíveis a notas 6 e 7 devem demonstrar desempenho diferenciado dos demais programas da área e desempenho em pesquisa equivalente a centros internacionais

1. Nucleação e solidariedade:

- a) Atividades de ensino de graduação em programas em outro país;
- b) Atividades de ensino de pós-graduação em programas em outro país;
- c) Projetos de pesquisa em conjunto com egressos;

2. Liderança.

- a) Atração de alunos de mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- b) Participação de docentes em comitês e cargos de agências de fomentos nacionais como, CNPq; CAPES; FAPs, etc.;
- c) Premiações nacionais e internacionais;

3. Internacionalização do programa: devem mostrar seu grau de internacionalização por meio de indicadores do corpo docente e discente.

- a) Convênios interinstitucionais entre o programa/instituição nacional e programa/instituição estrangeira;
- b) Desenvolvimento de projetos de pesquisa entre pesquisadores estrangeiros e docentes do programa, contendo registros de fomento ou institucionais;
- c) Docentes do programa que participam como visitantes em universidades estrangeiras;
- d) Pesquisadores visitantes estrangeiros recebidos pelo programa no triênio;
- e) Pesquisadores visitantes estrangeiros que ministrem disciplinas na IES, cujo programa esteja vinculado;
- f) Pesquisadores visitantes estrangeiros que ministrem cursos de atividade prática na IES, cujo programa esteja vinculado;
- g) Docentes do programa que ministram disciplinas ou palestras em universidades estrangeiras;
- h) intercâmbio de alunos do programa com universidades estrangeiras por meio de bolsas-sanduíches;
- i) orientação de alunos estrangeiros;
- j) nucleação de alunos estrangeiros;
- k) participação de docentes em eventos científicos de caráter internacional;
- l) participação de alunos em eventos científicos de caráter internacional;
- m) participação e apresentação de trabalho por aluno do programas em eventos científicos de caráter internacional;
- n) participação e apresentação de trabalho por docente em eventos científicos de caráter internacional;
- o) participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

proporção de docentes como pareceristas em periódicos com circulação internacional.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TRIENAL 2013
Educação Física**

Nome	IES	
ANDRE LUIZ FELIX RODACKI	UFPR	Coordenador
MARIA CECILIA MARTINELLI IORIO	UNIFESP	Coordenador adjunto
RINALDO ROBERTO DE JESUS GUIRRO	USP/RP	Coordenador adjunto mestrado profissional
APARECIDA MARIA CATAI	UFSCAR	
BEATRIZ CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE CAIUBY NOVAES	PUC/SP	
CARLOS UGRINOWITSCH	USP	
CELIA MARIA GIACHETI	UNESP	
ELIANE SCHOCHAT	USP	
FERNANDO DIEFENTHAELER	UFSC	
JAMILSON SIMOES BRASILEIRO	UFRN	
JORGE ROBERTO PERROUT DE LIMA	UFJF	
LILIAN TERESA BUCKEN GOBBI	UNESP	
MARCIA KESKE-SOARES	UFSM	
OTÁVIO GUIMARAES TAVARES DA SILVA	UFES	
PEDRO RODRIGUES CURI HALLAL	UFPEL	
REGIANE ALBERTINI DE CARVALHO	UNINOVE	
RICARDO JACO DE OLIVEIRA	UNB	
SERGIO TEIXEIRA DA FONSECA	UFMG	
WAGNER LUIZ DO PRADO	FESP/UPE	